

## Paul Veyne naturalista: a história é um herbário



Capa do livro *Como se escreve a História* [1971], de Paul Veyne, 2008, fotografia, montagem (detalhe).

### *François Hartog*

Doutor em Historiografia Antiga e Moderna pela École Normale Supérieure (ENS-Paris). Professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess/França). Autor, entre outros livros, de *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.  
francois.hartog@ehess.fr

## Paul Veyne naturalista: a história é um herbário\*

*Paul Veyne as a naturalist: history is a herbarium!*

*François Hartog*

*Tradução: Gustavo Ruiz da Silva\*\* e Mateus Martins Bruno\*\*\**



### Apresentação

Antigo aluno da prestigiosa École Normale Supérieure, François Hartog é diretor de estudos emérito aposentado da École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, onde, entre 1987 e 2018, ocupou a cátedra de Historiografia Antiga e Moderna. Foi nesse seminário que apresentou pesquisas inéditas, muitas delas transformadas em artigos e livros que compõem sua inovadora trajetória intelectual.

Em 1978, jovem professor de História Antiga na Universidade de Estrasburgo – a mesma instituição em que Marc Bloch e Lucien Febvre fundaram, em 1929, a revista *Annales*, destinada a tornar-se um dos periódicos mais influentes da historiografia internacional –, François Hartog participou do debate em torno de duas obras de Paul Veyne, ambas publicadas em 1976. Na seção “Polêmicas e Controvérsias” da *Annales*, enquanto Jean Andreau, Alain Schnapp e Pauline Schmitt-Pantel dedicaram-se à análise crítica de *Le pain et le cirque: sociologie religieuse d’un pluralisme politique* (*O pão e o circo: sociologia religiosa de um pluralismo político*), tese sobre o evergetismo antigo, Hartog resenhou *L’inventaire des différences* (*O inventário das diferenças*), a aula inaugural de Veyne no Collège de France.

*ArtCultura* recupera aqui, em tradução segura, a nota crítica que corresponde à recensão de Hartog. Nela, ele examina, com ironia discreta e recorrente, as formulações de Paul Veyne sobre o estatuto do saber histórico. O ponto de partida é a crítica à periodização, apresentada como um “mito”: não mais do que uma resposta reconfortante e insuficiente, uma linguagem vacilante sustentada por convenções de ofício e pela defesa corporativa da disciplina. Ao associar esse mito à narrativa histórica, Veyne caracteriza-a como impressionista, apoiada em uma doxa e na familiarização erudita, sempre aquém de uma apreensão conceitual, que “balbucia” diante da realidade dos fatos.

A alternativa, segundo Veyne, seria a história sociológica, orientada pela determinação de invariantes: modelos abstratos e trans-históricos capazes

\* Texto originalmente publicado, sob o título de Paul Veyne naturaliste : l’histoire est un herbier. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 33, n. 2, Paris, avril 1978, p. 326-330. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.3406/ahess.1978.293930>>. Acesso em 31 dez. 2024.

\*\* Gustavo Ruiz da Silva. Doutorando em Filosofia na University of Warwick/Inglaterra e na Monash University/Austrália. [gustavo.dasilva@monash.edu](mailto:gustavo.dasilva@monash.edu)

\*\*\* Mateus Martins Bruno. Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). [mateusmbruno@ufmg.br](mailto:mateusmbruno@ufmg.br)

de explicar eventos e conferir inteligibilidade às individualidades históricas. O invariante aparece em diferentes definições, ora como grade de leitura, ora como modelo reprodutor de variáveis, sempre sustentando a necessidade de tipologias e classificações comparativas. Nesse deslocamento, a história se converte em inventário: ciência de memória, de ordenação e classificação, próxima da zoologia ou da astronomia. Individualizar e inventariar constituem, assim, os dois polos de uma mesma operação conceitual.

A metáfora da visão perpassa o discurso: sem conceitos, “nada se vê”, e o historiador é aquele que, falando sua própria língua, supostamente revela a “verdade científica” trans-histórica das sociedades passadas. Tal posição, no entanto, suscita tensões não tematizadas por Veyne, sobretudo entre a pretensão de um ponto de vista universal e a admissão do progresso do conhecimento histórico.

É nesse contexto que o autor sugere a analogia com a história natural. A designação de “naturalista dos eventos”, já esboçada por Veyne em *Comment on écrit l'histoire* (Como se escreve a história), de 1971, ganha corpo em *L'inventaire des différences*: a história se aproxima dos procedimentos clássicos da botânica – nomear, classificar, elaborar quadros, separar semelhanças e diferenças, como em um herbário. Assim, o trabalho do historiador se apresenta como arrumação conceitual de individualidades em níveis hierárquicos (cidade, cidade grega, cidade antiga), paralela à classificação naturalista das espécies vegetais.

A ironia que atravessa a recensão de Hartog emerge justamente na tensão entre o gesto crítico de Veyne – desmascarar o mito da periodização e a insuficiência da narrativa – e o resultado final: um historiador que, sob o signo do naturalista, ainda organiza o passado em quadros, taxonomias e herbários conceituais.

Temístocles Cezar\*\*\*\*

\* \* \*

*Todo grande historiador é guiado por um saber teórico que ele finge ignorar por ascese; esse saber implícito, que caminha seguramente, é análogo ao do homem de ação.*

Paul Veyne

“Desde sempre, o verdadeiro problema da história...”<sup>1</sup> Para Paul Veyne, a periodização, esse instrumento de ordenação concebido pelos historiadores, não passa de um mito; por mito, entenda-se aqui uma resposta insatisfatória, conquanto reconfortante, uma linguagem inadequada, balbuciante. De

\*\*\*\* Doutor em História e Civilizações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris/França. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. t.cezar@ufrgs.br

<sup>1</sup> O texto da aula inaugural de Paul Veyne utilizado por Hartog consta de *L'inventaire des différences*. Paris: Éditions du Seuil, 1977, e encontra-se traduzido e publicado em *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Nota dos tradutores - NT).

modo arguto, Veyne aponta as “raízes de tal mito”. “A primeira consiste na defesa corporativa, na salvaguarda do território de caça.” A segunda reside nas “convenções do ofício”: entre os “signos exteriores” que conferem credibilidade científica a uma proposição histórica está a norma de “não se afastar de sua própria época”; é preciso levar em consideração a dificuldade genuína de “dominar a documentação ... de mais de uma civilização”. Após estas regras produzidas pela instituição historiográfica enquanto tal, emerge a terceira raiz, a “autêntica”: um fato histórico é, com efeito, “individual”; ora, o indicador temporal é o que parece permitir circunscrever e seriar a individualidade desse fato: “trata-se de um imperialismo, o de Roma”. Contudo, o que se apreende com isso é apenas uma individualidade precária, quiçá uma mera aparência de indivíduo.

Ao mito da periodização (ou, antes, à lenda, na medida em que o período também prescreve o que se deve ler)<sup>2</sup> associa-se uma prática da história que Veyne denomina narrativa.<sup>3</sup> “Diante de um fato histórico,” a história contenta-se com a “narração,” com a “compreensão;” ela é “impressionista”, possuindo “o gosto por vivificar” e “reconstruir o passado”; ela se fundamenta no “senso comum” e não pode senão assinalar “a originalidade de um evento” – “limitando-se a designá-la e a endossar o instinto do leitor.” Evidentemente, ninguém se reconheceria no retrato que estou a construir reunindo os traços esparsos que o compõem, mas pouco importa. Na melhor das hipóteses (a do “grande historiador”), essa história supre as suas lacunas conceituais por meio da familiarização, da experiência e da erudição: “é assim que reconhecemos à distância os grandes antiquistas, um Pierre Boyancé, um Ronald Syme, um Louis Robert: por certas páginas que eles não escrevem...: um instinto seguro os guia em meio à névoa”. O mito da periodização e a história narrativa não permitem, portanto, enxergar as coisas como de fato são; ambas provocam o apego do historiador à sua aparência (ou mesmo ao seu semblante) tornando-o incapaz de falar verdadeiramente: ele balbucia. Felizmente, existe um meio de transitar da aparência à realidade: o invariante.

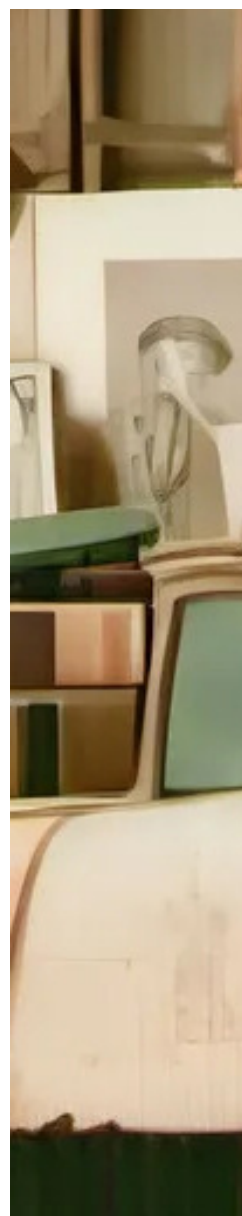
Narrar, compreender, estruturar: eis o programa da história sociológica (em oposição à história narrativa, cujo grau de ser é assaz frágil). Como? Recorrendo ao invariante. Mas como? Por exemplo: “O Clausewitz de Aron tem por verdadeiro desígnio colocar o invariante ao alcance dos historiadores”.

Veyne, aliás, elege para si “o seminário de sociologia histórica como local de nascimento e filia-se ao segundo momento da filosofia aroniana da história”<sup>4</sup>, que será o seu “programa”: “A ambição do historiador como tal”, escreve Aron, “permanece, de fato, o relato da aventura vivida pelos homens... Mas como narrar o devir de um setor parcial – diplomacia ou ideologia –, ou de uma entidade global – nação ou império –, sem uma teoria do setor ou da entidade? ... Questiono-me, até mesmo, se o historiador, em oposição à vocação empírica que normalmente lhe é atribuída, não deveria flertar com a filo-

<sup>2</sup> Hartog parece fazer aqui um jogo de palavras, na medida em que, em francês, a palavra *legenda* e a palavra *lenda* são ambas escritas como *legende* (N.T.).

<sup>3</sup> A história narrativa não é a história factual; pode haver uma história factual não narrativa, precisamente aquela que conceitualiza.

<sup>4</sup> O primeiro momento é, para Veyne, a crítica do fato: “Os fatos não existem”.



solia: quem não busca um sentido para a existência não o encontrará na diversidade das sociedades e das crenças”. Chega-se, então, àquilo que desde sempre constitui o verdadeiro problema da história: “a determinação de invariantes”. Mas o que é, afinal, esse invariante para o qual tudo converge?

Veyne dedica-lhe boa parte de sua aula inaugural, aborda-o sob diferentes perspectivas e propõe-lhe várias definições. “Com invariantes quero dizer história escrita à luz das ciências do homem”.<sup>5</sup> O invariante “se conceitualiza” e permite conceituar: é “abstrato e geral” e “explica os eventos”.

Tomemos um exemplo: o que é o imperialismo romano? Por que os Romanos “finlandizaram” o mundo helênico? Estamos diante de duas concepções de segurança (a grega, fundada no equilíbrio; a romana, alicerçada no isolacionismo, cuja ambição seria, no limite, “conquistar todo o horizonte humano”). “A segurança internacional é um jogo de estratégia de soma zero: uns ganham o que os outros perdem, e é impossível que dois Estados vizinhos se encontrem, ambos, em completa segurança. Tal é o modelo invariante,” e duas de suas variantes (a grega, a romana). O invariante é, portanto, um modelo.<sup>6</sup>

Mas o invariante é também um “instrumento de explicação”; mais amplamente, “a exigência de invariantes é, muito simplesmente, a exigência de uma teoria que forneça à história os seus conceitos e os seus instrumentos de explicação”.<sup>7</sup> Invariante, especifica Paul Veyne, não significa necessariamente invariável. “Invariante, com efeito, não quer dizer que a história seja feita de objetos invariáveis que jamais se alterarão, mas apenas que se pode adotar sobre ela um ponto de vista que permaneça invariável como a verdade, um ponto de vista científico ... que seja trans-histórico”. O invariante é, pois, trans-histórico.<sup>8</sup> Mas o invariante é ainda mais rico, na medida em que “os historiadores produzem o invariante sem o saber”. Fórmula que significa algo como: os historiadores são animais dotados de linguagem articulada; pronunciar a palavra “guerra” já é uma forma de produzir o invariante.<sup>9</sup> Assim, a extensão do invariante vai da palavra “guerra” à “definição ternária da guerra em Clausewitz”. Por fim, para que nada falte, para ter a certeza de nada haver esquecido e com certa condescendência: “aos invariantes, que se lhes chame de estruturas, se não se pode viver sem essa palavra”.

Através das diversas metamorfoses do invariante, duas imagens se manifestam. A diferença entre elas é um indício, parece-me, do caráter composto do invariante. Por um lado, o invariante é aquilo que “decifra” o texto embaralhado da história, ou que o “traduz”. Basta saber ler; ele é essa grade de leitura que exprime o real. Por outro lado, o invariante é também um modelo, isto é, permite “recriar”, “reencontrar”, “reengendrar”, “reproduzir as particularidades do nosso indivíduo”: ele é, pois, simulação do real: “*vê-se* o lugar que uma individualidade ocupa entre as suas irmãs e *vê-se* também que jogo de variáveis permite reengendrar todas as irmãs com as suas diferenças”.

<sup>5</sup> “Ciências do homem” ou “ciências morais e políticas”, “sociologia” ou “conceitualização”. tantos termos substituíveis; do mesmo modo, “sociologicamente” ou “cientificamente”.

<sup>6</sup> Veyne fala de “modelo”, “invariante” e de “modelo invariante” (p. 18).

<sup>7</sup> Veyne dá aqui o exemplo do marxismo.

<sup>8</sup> Exemplo: “A história de toda sociedade até hoje é uma história de lutas de classes...”. Até hoje, “o motor da história é invariavelmente a luta de classes” (p. 23).

<sup>9</sup> “Dizer que a guerra púnica foi uma guerra já é pôr imprudentemente os pés em terreno minado” (p. 53).

## “Individualizar” e “inventariar”

Enquanto a história narrativa falha em expressar a originalidade dos fenômenos e suas descrições deixam escapar aquilo que é essencial, a história sociológica (quem com efeito conceitualiza e produz o invariante) logra apreender verdadeiramente a individualidade dos fatos. O desvio pelo invariante é precisamente o que permite essa apreensão. Abordemos o direito romano: “sua originalidade não nos escapará mais, se dispusermos de um modelo de invariantes que, ao serem aplicados, reproduzam as particularidades desse objeto particular”. Em outras palavras, o grande desafio para Veyne reside na elaboração de tipologias: classificar os diversos sistemas jurídicos. Nesse sentido, “toda história se converte em história comparada”.

Se o invariante individualiza, ele também confere à história seu caráter de inventário. Sendo a história “toda a memória do mundo”, ela é uma ciência de inventário, a exemplo da astronomia ou da zoologia. Para ser um inventário completo (conforme sua própria exigência), ela deve registrar em suas colunas eventos “verdadeiros”. A individualização pelo tempo, raiz do mito da periodização, é, como já observamos, meramente uma aparência de individualização, uma descrição que, como uma rede de malhas excessivamente largas, deixa escapar o que constitui a originalidade de cada fato (seu “sabor original”). Somente o desvio pelo conceito (e a construção de tipologias) permite alcançar a originalidade das coisas.<sup>10</sup> Individualizar e inventariar são, de fato, dois momentos da operação de conceptualização: “Reposicionar os fatos não em seu tempo, mas em seu conceito apropriado”, tal é o preceito de ordenação.<sup>11</sup>

O problema aristotélico do particular e do geral (e, consequentemente, a impossibilidade de a história ser uma ciência) já havia sido longamente abordado por Veyne em *Comment on écrit l'histoire* (Como escrevemos a história), e ele o resolvia, notavelmente, pelo recurso ao “específico:” o específico “significa ao mesmo tempo geral e particular”; a especificidade é “o indivíduo como inteligível”.<sup>12</sup> A história, portanto, se interessa de fato pelos indivíduos, mas particularmente por aquilo que neles há de específico.

Veyne procede em suas aulas de maneira distinta: ele propõe não mais “opor-se absolutamente o particular e o geral”, mas em seu lugar considerar que existem “níveis” de particularidade e generalidade; a história é uma ciência das diferenças, das individualidades, mas essa individuação é relativa à “espécie escolhida.” Ela oscila entre “Atenas” e a “cidade grega”, ou mesmo a “cidade antiga” em geral. Ou, ainda: “Não existem indivíduos absolutamente, mas apenas individuados, relativamente ao nível adotado”. Tudo depende das questões que o historiador se propõe, e a classificação abarca múltiplos níveis: do nome próprio ao nome comum.

<sup>10</sup> Encontram-se ao longo do texto as oposições: aparência/essência, aparência/realidade, ilusão/verdade, e, no entanto, “a verdade não é o mais elevado dos valores do conhecimento” (p. 61).

<sup>11</sup> Não “o Oriente, a Grécia, Roma, a Idade Média”, mas, por exemplo, “Do poder por direito subjetivo ao poder por delegação” (p. 48).

<sup>12</sup> VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris : Éditions du Seuil, 1971, p. 73.

## Sem conceitos, nada vemos

A metáfora da visão permeia todo o texto de Veyne; afinal, o que é o historiador senão aquele que “vê” a “realidade das sociedades de outrora?” Sem conceitos, nada se vê: estamos na penumbra, ou na mera aparência, no narrativo (sendo a cronologia apenas uma ilusão de ótica). Ora, “ainda não é um reflexo comum o de conceptualizar, o de se entregar a essa fadiga do intelecto que é comparável ao esforço de visão”. “É preciso, tanto quanto possível”, dizia um médico citado por M. Foucault<sup>13</sup>, “tornar a ciência ocular”.

Se fazer história é ver se o objeto histórico é dado ao olhar, coloca-se então a questão do ponto de vista. Onde está o olho do historiador? Resposta de Paul Veyne: “Um historiador não faz os romanos falarem ...: ele fala no lugar deles ...; ele fala sua língua, ele não fala a deles; por trás das aparências e das mistificações, ele vê a realidade ...; ele não fala a linguagem errônea de seus heróis; ele nos fala deles a partir de uma metalinguagem, a linguagem da verdade científica”. Seu ponto de vista é “trans-histórico”. Proposições surpreendentes que confirmam o historiador como aquele que sabe, que detém o discurso da verdade: verdade, realidade, ciência são, ao longo do texto, termos equivalentes e substituíveis. Por qual privilégio “sua língua” (a do historiador) exprimiria a verdade a respeito da língua (errônea) dos romanos ou de qualquer outra? Por que “sua língua” teria uma validade “trans-histórica”? Por que ela conceptualiza? A resposta parece um tanto curta.

Na mesma medida em que “produz” o invariante, a história é uma metalinguagem trans-histórica: admitamos isso. Mas, ao lado dessa proposição, encontra-se um tema que retorna repetidamente: o do progresso dos conhecimentos. Parece-me então que surge a questão da articulação dessas duas afirmações: uma questão que não é levantada por Veyne<sup>14</sup> em parte alguma. De fato, se é verdade que “a ciência progride e que o mundo perde sua ingenuidade furiosamente a cada dia” por que escrever que o historiador, falando *sua* língua e não a dos romanos, exprime a realidade romana?

Ao tratar assim a questão do ponto de vista do historiador (olho trans-histórico que sabe), impede-se, obviamente, de considerar o lugar de onde o historiador produz seu relato<sup>15</sup>, e se retoma a definição de Schelling: “O relato dos fatos reais é para nós doutrinário”.

“O historiador é o naturalista dos eventos”, dizia Veyne em *Comment on écrit l'histoire*, e “é do fundador da história natural que se pode retirar o estatuto da história sem mais nem menos”.<sup>16</sup> O fundador, entende-se facilmente, é Aristóteles. Veyne reivindica, de certa forma, essa designação de naturalista. Mas, em *L'inventaire des différences* (*O inventário das diferenças*), ainda que persista o velho interdito aristotélico sobre a impossibilidade de uma ciência do indivíduo, parece-me, contudo, que opera ali, como modelo ou metáfora

<sup>13</sup> M. A. Petit, citado por FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique: uma archéologie de la clinique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963, p. 85.

<sup>14</sup> A ideia de progresso reaparece nas p. 12, 25, 30, 49.

<sup>15</sup> Única afirmação sobre o tema: “A história existe para divertir os historiadores, e só” (p. 12).

<sup>16</sup> VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*, op. cit., p. 76 e 81.



implícitos, a história natural da “idade clássica”.<sup>17</sup> Com efeito, a nomeação e a classificação, as tipologias e o quadro são os próprios procedimentos que a história natural elaborou no momento de sua constituição como ciência. Se a história sociológica é, em última análise, um tipo de história natural, é talvez porque uma e outra repousam sobre uma mesma concepção clássica da linguagem. Explica-se, nessas condições, que a questão da história nunca seja posta em termos de discurso, de lugares e de escrita.

Ver o visível, dizê-lo, comparar, fazer surgir as diferenças: assim procede a história natural que “reduz todo o campo do visível a um sistema de variáveis, cujos valores todos podem ser atribuídos” e se esforça para elaborar uma espécie de *mathesis*<sup>18</sup>. É preciso, diz Tournefort, “juntar como em buquês as plantas que se assemelham e separá-las daquelas que não se assemelham”. *L’invincible des différences*, como vimos, adota essa toada e compreende-se, então, melhor porque Veyne retorna tantas vezes à história comparada (“toda história, sem querer, torna-se uma história comparada, isto é, uma história que separa sabendo por que o faz”<sup>19</sup>).

Para Lineu, a tarefa primordial da história natural é a “disposição e a denominação”. No entanto, uma denominação acurada supõe uma triagem no visível: primeiro, determina-se a estrutura da planta e, em seguida, seu caráter. “Por estrutura das partes das plantas, entende-se a composição e a organização das peças que formam o corpo”. A estrutura, ao “filtrar” o visível, é o que nos permite descrevê-lo. Encontrar, pois, o caráter (a partir da estrutura) é o mesmo que “reunir as propriedades comuns a certos indivíduos que os distinguem dos outros”, ou seja, elaborar “uma linguagem secundária a partir dessa linguagem primária, todavia certa e universal”.<sup>20</sup> Entre a estrutura e o caráter, de um lado, e o invariante, de outro, é possível reconhecer um paralelismo; o invariante também se propõe como essa “linguagem secundária”. A história é a arrumação de quadros de acordo com vários níveis (Atenas, cidade grega, cidade antiga) de individualidades, assim como a história natural é a classificação das plantas em múltiplos níveis (com a inclusão do nível inferior no superior); a história é um herbário.<sup>21</sup>

*Recebida em 15 de maio de 2025 e aprovada em 10 de junho de 2025.*

<sup>17</sup> Refiro-me, antes de tudo, ao livro de FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966, e ao de JACOB, François. *La logique du vivant: une histoire de l'hérédité*. Paris: Gallimard, 1976. As citações seguintes de F. Jacob foram extraídas da mesma edição.

<sup>18</sup> Em grego, “o processo de aprendizagem”, segundo o dicionário Merriam-Webster.

<sup>19</sup> Notadamente nas p. 20 e 45 (N.T.)

<sup>20</sup> “Descrever é dizer tudo, é amontoar todos os dados visíveis”, escreve F. Jacob, e portanto, no fim das contas, não ver; da mesma forma, a história narrativa, quando descreve, não vê o que há a ver. É preciso, respectivamente, o caráter e o invariante.

<sup>21</sup> Com essa particularidade: se um evento se repete, figurará duas vezes no “herbário”. Daí o aforismo veyniano: “A história consiste em amar duas vezes aquilo que se revê por acaso”.

